

## **Anistia ampla, geral e irrestrita: comunicação feminista e resistência no jornal Brasil Mulher<sup>1</sup>**

**Carolina Saboia Gruber Dall Stella<sup>2</sup>**  
**Elza Aparecida de Oliveira Filha<sup>3</sup>**  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**

### **Resumo**

Este estudo analisa como o jornal Brasil Mulher atuou como instrumento de resistência durante a ditadura civil-militar brasileira, com foco na editoria “Anistia”. A pesquisa investiga de que forma o periódico denunciou a censura e defendeu a anistia, evidenciando o uso da comunicação como ferramenta de resistência pelas mulheres. A abordagem metodológica é qualitativa, fundamentada na teoria dos modos de dizer, de Milton José Pinto, e em autores como Sérgio Mattos. Os resultados indicam que, mesmo em um contexto de repressão, o Brasil Mulher desempenhou papel significativo na mobilização social pela anistia ampla, geral e irrestrita.

### **Palavras-chave**

Jornal Brasil Mulher; imprensa feminista; ditadura militar; resistência

### **Introdução**

O jornal Brasil Mulher foi uma publicação feminista, surgida em 1975, que integrou o grupo de periódicos de resistência à ditadura militar. O veículo, de linha editorial à esquerda, buscava trazer informações sobre reivindicações de trabalhadores, lutas das mulheres e tinha como bandeira principal a defesa da anistia. O jornal ilustra como a imprensa feminista se tornou um espaço onde as mulheres podiam expressar suas preocupações e buscar por uma maior igualdade de direitos.

A primeira edição foi publicada em Londrina, principal cidade do interior do Paraná, tendo à frente a jornalista Joana Lopes, que havia sido convidada pela líder do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbini, um nome importante na defesa dos direitos humanos no Brasil durante o período ditatorial. A partir da segunda edição, a redação foi transferida para São Paulo, onde se manteve até 1980 quando o jornal deixou de circular. Ao todo, foram produzidos 20 números, uma média de quatro edições anuais,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade De Expressão 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Profissional diplomada em Comunicação Organizacional pela UTFPR. Email: saboia.caro@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Comunicação, mestre em Sociologia, professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Email: elzafilha@utfpr.edu.br

demonstrando a dificuldade em manter uma periodicidade estável, já que veículos críticos ao regime enfrentavam baixa circulação.

Eram grandes os obstáculos dos jornais da chamada imprensa alternativa no contexto repressivo da Ditadura Civil-Militar brasileira, período que perdurou de 1964 a 1985 e foi caracterizado por repressão política, censura, torturas e violações dos direitos humanos; o regime foi marcado pela concentração do poder na mão de militares.

Estudar o jornal Brasil Mulher nos ajuda a compreender melhor o papel do jornalismo em períodos autoritários, representando momentos de crise e desafio para a liberdade de expressão; ademais, a publicação demonstra como as vozes femininas se manifestavam e resistiam em meio a adversidades, visto que o momento de criação do Brasil Mulher está ligado com o aumento das manifestações feministas no Brasil, na década de 1970. O jornal começou a circular justamente em 75, ano declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como Ano Internacional da Mulher, marcado por inúmeros eventos e debates em torno das questões femininas.

O trabalho tem como objetivo geral entender como as mulheres na época da ditadura, por meio de um jornal feminista, utilizavam a comunicação como forma de resistência, denunciando a censura e lutando por mais igualdade. A análise será focada, especialmente, na editoria Anistia considerando que esta foi uma bandeira fundamental para a retomada do regime democrático no Brasil. A Lei da Anistia, assinada em agosto de 1979, permitiu a libertação de presos políticos e o retorno ao Brasil de milhares de exilados. Foi um passo importante para o fim do regime de exceção, embora receba críticas por ter anistiado igualmente os militares responsáveis por torturas, assassinatos e outros crimes.

### **Ditadura, censura e feminismos**

Em 1961, após Jânio Quadros renunciar ao cargo, João Goulart assumiu a presidência. Seu governo foi marcado por momentos de instabilidade, por conta de dificuldades acumuladas que vinham desde o mandato de Juscelino Kubitschek. Além disso, ao propor as chamadas Reformas de Base - que consistiam em mudanças que objetivavam resolver problemas estruturais do Brasil – o governo não agradou grupos poderosos, como os grandes empresários e os militares. As propostas governamentais apontavam para as reformas agrária, bancária, educacional, tributária e urbana; para o controle das empresas estrangeiras; para a adoção do salário família e do direito à greve.

Latifundiários, empresários e a igreja católica respaldaram a ditadura militar de 1964, todos com o objetivo de espantar o comunismo que acreditavam estar ameaçando o Brasil e, claro, manter o *status quo*. Organizações da sociedade civil apoiaram a Marcha pela Família com Deus pela Liberdade, que levou 500 mil pessoas às ruas de São Paulo em 19 de março de 64, fazendo com que o golpe, que se concretizaria poucos dias depois, seja caracterizado como “uma ação civil-militar” (Oliveira; Evangelista, 2020, p. 1).

Grande parte dos veículos midiáticos também esteve envolvida na preparação e divulgação do movimento golpista, e diversos deles se posicionaram em apoio ao golpe. Com a implantação da ditadura, no entanto, o cerceamento das liberdades de expressão, de imprensa, de reunião, entre outras, acabou tensionando a relação entre os militares e os meios de comunicação. Depois da edição do AI nº 5, em dezembro de 1968, a censura passa a ser exercida com toda a força. Segundo Mattos (2005, p. 115), “nos dias seguintes (...) foram feitas mais de 200 prisões de jornalistas, políticos, artistas, professores e religiosos”.

Para o autor (2005, p. 118), “foi nessa época que o jornalismo brasileiro sofreu uma profunda transformação, fortemente evidenciada quando os jornalistas, editores e radialistas começaram a resistir à censura”. Este período marca o surgimento de diversos jornais de oposição, conhecidos como imprensa alternativa, entre os quais alguns periódicos que fizeram sucesso, como o *Movimento*, *Opinião* e *Pasquim*, sendo símbolos da luta pela democracia. Além desses exemplos, liderados principalmente por homens, vale ressaltar também a luta das mulheres frente ao regime autoritário por meio do jornalismo. Publicações como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* traziam à tona assuntos mascarados pela sociedade, onde tópicos como sexualidade, maternidade, mulheres no mercado de trabalho e direitos igualitários eram pautas presentes.

Necessário salientar que as mulheres participantes dos movimentos de resistência, seja por meio da imprensa, das organizações sociais ou mesmo da luta armada, eram consideradas “duplamente transgressoras”. Segundo o site Centro Feminista de Estudos e Assessoria (s.d), “primeiro, por desafiar a ordem estabelecida, na tentativa de derrubar o regime militar, em segundo lugar, por contrariarem o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal reservavam para elas”. Assim, quebravam o estereótipo do que é ser mulher, lutando contra o machismo enraizado na sociedade e comandando diversos movimentos que se estenderam pelo país.

Um exemplo foi o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), surgido em março de 1975 e liderado por Therezinha Zerbini e que defendia a concessão da anistia aos presos políticos e exilados. Identificado como primeiro movimento social legalmente organizado de oposição ao regime militar, o MFPA era composto, em grande parte, por mulheres que viram os maridos serem torturados e assassinados pelo governo em um momento no qual a repressão agia pesadamente, com perseguições generalizadas, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. O movimento contou com núcleos em vários estados do país e alcançou respaldo em setores diversos da sociedade, no Brasil e no exterior.

## Editoria Anistia

Foco principal desta pesquisa, a Editoria Anistia esteve presente em seis das quinze edições do Brasil Mulher disponíveis no acervo da Fundação Perseu Abramo (<https://fpabramo.org.br/csbh/acervo-do-jornal-brasil-mulher/>). No presente texto, serão descritas três destas edições. Na edição número um, datada de dezembro de 1975, a editoria ocupa as páginas 3 e 4 do jornal, posicionando-se logo após um texto, em formato editorial, assinado pela jornalista Joana Lopes. Neste, a autora fez um balanço do Ano Internacional da Mulher, declarado pela ONU em 1975, e manifesta a importância da imprensa feminista produzida por “mulheres e homens democratas”. A localização da editoria nas páginas iniciais reforça a importância e a relevância da pauta defendida.

Figura 1 – Primeira Edição (1975)



Figura 2 – Segunda edição (1976)



Já no título desta edição inicial “À felicidade de Nosso Povo!”, pode-se notar uma reação afetiva favorável ao movimento, considerando os seguintes pontos: o emprego da expressão “à felicidade” sugere que a anistia é sinônimo de alegria para a população; a construção “Nosso Povo”, em letras maiúsculas, fortalece um caráter inclusivo, trazendo um sentimento de união. O início do texto é marcado com uma citação bíblica e, logo em seguida, reproduz um trecho do artigo “Anistia e Reconciliação”, de Alceu Amoroso Lima, um importante intelectual e líder católico, membro da Academia Brasileira de Letras à época: “Se quisermos preservar a nossa unidade nacional, comecemos pela Anistia. Se quisermos que a nossa mocidade saia do marasmo, Anistia. Se quisermos que a condição lamentável do nosso homem do campo se humanize, Anistia...”.

O jornal informa a respeito de variadas manifestações favoráveis à anistia ocorridas pelo país, e reproduz trechos de uma carta aberta, divulgada pelo Núcleo do MFPA no Rio Grande do Sul, em resposta ao autor da *Coluna da Revolução*, C.M.Assis, publicada no Diário Gaúcho. O foco principal das críticas de Assis era o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, apoiador do movimento.

Na edição seguinte (n.2, 1976), a editoria ocupa a página 3 do periódico com o título, “Anistia não é perdão: é um direito”. Na lateral direita da página, uma coluna em cinza resgata um decreto-lei de 1945, que concedia anistia a presos políticos durante , Estado Novo, período ditatorial liderado por Getúlio Vargas. Também, duas falas são apresentadas em destaque na página: “Não se trata de perdão, mas de esquecimento” e “Anistia é um problema de luta, de direito, de justiça, de necessidade”. No corpo do texto, a publicação recorre a entrevistas com advogados, sociólogos e historiadores para esclarecer questões sobre a Anistia - seu significado, utilidade e aplicações - e oferecer uma “visão geral da importância da Anistia, ampla e irrestrita a todos aqueles que foram cassados, exilados, ou estão presos”.

Para complementar a sequência do texto, Therezinha Zerbini, fundadora do jornal, é entrevistada pelo Brasil Mulher, respondendo como porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia. Zerbini expressa a importância da anistia e destaca entidades que se manifestaram a favor da causa, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e faz um pedido para a população continue a pedir assinaturas em apoio ao manifesto.

A edição número 13 do Brasil Mulher, datada de julho de 1978, é a única que traz o tema anistia como chamada principal da capa e a que publica o material mais sensível



a respeito do tema, ocupando as páginas 9 e 10. Na ilustração da primeira página, uma pessoa presa segura as grades de uma cela, enquanto uma pomba azul voa do lado de fora. A palavra Anistia, também em azul, está sozinha na composição, além da logo do jornal.

Figura 4 – Capa da edição n. 13 (1978)

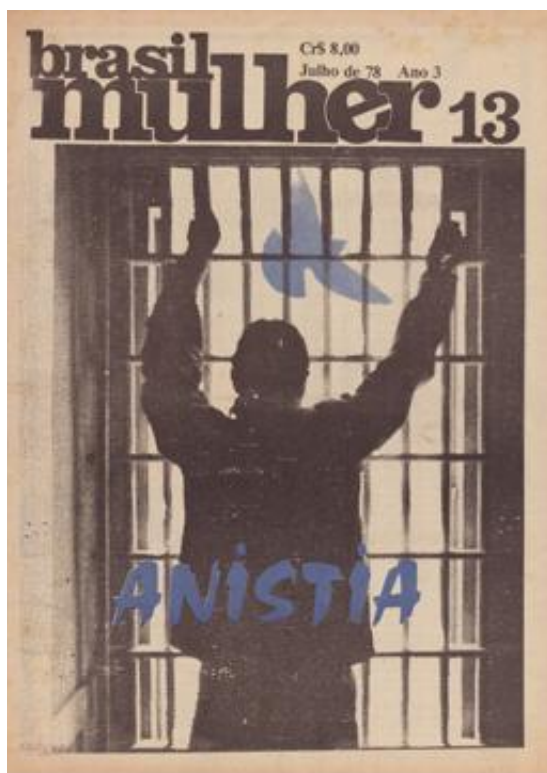
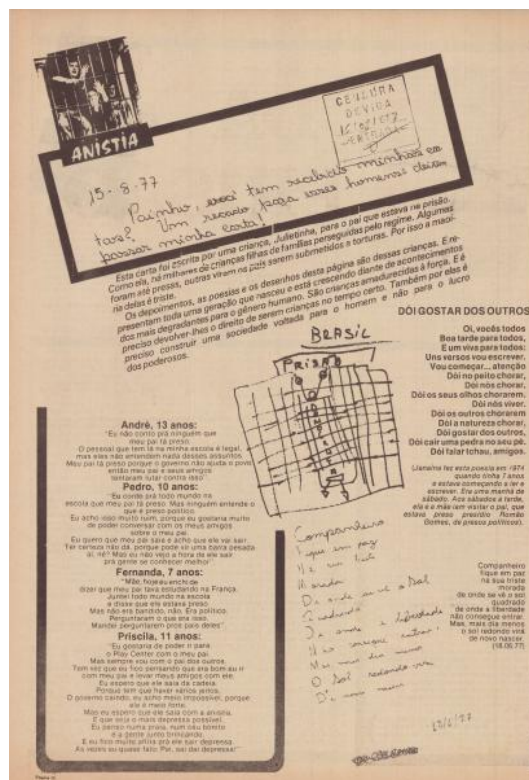


Figura 5 – Página 9 da edição n.13 (1978)



A página 9 apresenta relatos e desenhos de crianças cujos pais são presos políticos. Ao todo, são compartilhados cinco relatos e duas poesias, escritos por crianças de 7 a 13 anos. As editoras do Brasil Mulher explicam que estas crianças “representam toda uma geração que nasceu e está crescendo diante de acontecimentos dos mais degradantes para o gênero humano. São crianças amadurecidas à força. É preciso devolver-lhes o direito de serem crianças no tempo certo. Também por elas é preciso construir uma sociedade voltada para o homem e não para o lucro dos poderosos”.

No alto da página há o trecho manuscrito da carta de uma menina de 7 anos: “Painho, você tem recebido minhas cartas? Um recado para esses homens: deixem passar minha carta!”, diz o texto, em uma alusão ao fato de muitas correspondências serem confiscadas e não chegarem aos destinatários. No box cercado com tarja preta à esquerda da página estão depoimentos de quatro crianças falando da dificuldade de contar para outras pessoas que os pais estão presos e dos sonhos de realizarem atividades comuns

com eles, como ir ao parque ou à praia. Fernanda, de 7 anos, escreve: “Mãe, hoje eu enchi de dizer que meu pai estava estudando na França. Juntei todo mundo na escola e disse que ele estava preso. Mas não era bandido, não. Era político. Perguntaram o que era isso. Mandeí perguntarem pros pais deles”. O texto manuscrito na parte inferior da página é um poema sem autoria identificada: “Companheiro/ fique em paz / na sua triste morada/ onde se vê o sol quadrado/ e onde a liberdade/ não consegue entrar./ Mas, mais dia menos/ o sol redondo virá/ de novo nascer”.

Na segunda página ocupada pela editoria Anistia nesta edição, com o título “Da prisão”, é publicado um poema escrito pelas presas políticas Jane, Norma e Rosalice, detidas no presídio de Bangu, no Rio de Janeiro. O texto aborda as razões da oposição ao regime militar, citando que tudo foi retirado dos brasileiros nos últimos 14 anos, emprego, salário, terra, saúde, educação, moradia. E o poema finaliza: “... quando nós, presas políticas, nos engajamos na campanha pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, não estamos lutando apenas em causa própria. Nosso destino está ligado ao destino do povo brasileiro. Quando levamos nossa palavra a vocês, não é como vítimas que falamos, mas como combatentes e companheiros nessa luta que é de todos”.

Na sequência, é trazida uma entrevista com as mesmas três presas políticas responsáveis pelo poema. O jornal não explica como a entrevista foi obtida, mas as perguntas envolvem temas ligados à situação carcerária, ao movimento feminista e à anistia. A preocupação do jornal é expressa no sentido de identificar o MFPA como unificador das lutas populares e, nas palavras das entrevistadas, “a liberdade para os presos e perseguidos políticos será conquistada no bojo da luta do povo brasileira por seus direitos fundamentais”.

### **Considerações finais**

Milton José Pinto, em sua metodologia de análise de discursos, trabalha com categorias ligadas aos modos de dizer como dimensões da comunicação humana. Este modos consistem em: mostraçõ, interação e seduçã. Em primeiro lugar, a função de mostraçõ refere-se à capacidade da linguagem de apresentar a realidade ou a ideia ao interlocutor, tratando de uma forma mais descritiva, onde o foco é expor fatos, descrever situações, apresentar conceitos de forma objetiva.

A função de interação aborda o papel da linguagem na criação e manutenção de relações sociais, em que envolvem-se trocas e diálogos. Este modo “consiste em

interpelar e estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio” (Pinto, 1999, p. 63). Por fim, o modo de sedução é a dimensão persuasiva da linguagem. Para o autor, pode-se entender como “marcar as pessoas, coisas e acontecimentos referidos com valores positivos ou eufóricos e negativos ou disfóricos, e/ou ainda demonstrar uma reação afetiva favorável ou desfavorável a eles” (Pinto, 1999, p. 64).

Aplicando esta tipologia, de uma maneira breve, nos textos descritos no item anterior e que integraram a editoria Anistia em três edições do jornal Brasil Mulher, podemos encontrar que o modo de dizer sedução esteve presente nas edições 1 e 13, nas quais os textos publicados eram marcados por posturas de apoio à causa da anistia, afirmando o reafirmando o caráter benéfico desta medida para a população brasileira como um todo, e não apenas para os presos políticos e exilados. De acordo com os conteúdos mapeados, a anistia representava um passo essencial para o retorno do país à normalidade democrática. O modo de dizer interação, por outro lado, figurou na segunda edição, na qual a entrevista com a liderança do MFPA, Terezinha Zerbini, foi o principal conteúdo onde são colocados apelos pela mobilização popular em torno do movimento pela anistia.

Levando em conta a perspectiva de que o Brasil Mulher pode ser compreendido como um símbolo de resistência à ditadura, torna-se essencial revisitar a definição do termo. No relatório da Comissão Nacional da Verdade, no texto “A resistência da sociedade civil às violações de direitos humanos”<sup>4</sup>, resistência é definida da seguinte maneira:

O conceito de resistência aponta para a adoção de formas de defesa de ação orientada por uma ideia central: um governo ditatorial, para funcionar, depende da colaboração ou pelo menos do consentimento - e da obediência - de boa parte da sociedade. Uma atuação no campo da resistência política tem como objetivo mobilizar a sociedade (ou mobilizar grupos dentro dela), de maneira concertada, em torno de três pontos principais: a defesa e o exercício dos direitos; o enfrentamento da violência e do poder arbitrário; a retirada do consentimento ao governo ditatorial. (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 2)

Além disso, conforme apontado no texto, essa prática envolve “sobretudo, coragem política, isto é, o gesto de deixar a proteção do anonimato do mundo privado e protagonizar uma ação na cena pública” (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 2).

---

<sup>4</sup> Feito por Maria Rita Kehl, Heloisa Maria Murgel Starling e pesquisadores do Projeto República da UFMG.



Essa citação pode ser diretamente relacionada às trajetórias de Therezinha Zerbini e Joana Lopes, que, mesmo diante de inúmeras adversidades, abordaram temas considerados tabus pelo regime da época. Ao tratar de direitos sexuais, métodos anticoncepcionais e, principalmente, ao desafiar os militares com discussões sobre anistia, crimes políticos e perseguições, essas mulheres assumiram um papel fundamental na luta pela democracia e igualdade.

Independentemente do modo de dizer utilizado, o simples fato de o jornal trazer à tona esses temas e fornecer informações às mulheres, já configura uma forma de resistência. Ao se posicionar contra a censura e oferecer um espaço de debate e conscientização, o Brasil Mulher não apenas rompeu com o silêncio imposto pela ditadura, mas também fortaleceu a luta feminista, deixando um legado significativo para a comunicação e para os direitos das mulheres.

### Referências

Brasil Mulher. Edição 1, 1975. Disponível em:

[https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J\\_BMulher\\_1975\\_0001\\_JRRPYW6.pdf](https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_BMulher_1975_0001_JRRPYW6.pdf).

Brasil Mulher. Edição 2, 1976. Disponível em:

[https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J\\_BMulher\\_1976\\_0002.pdf](https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_BMulher_1976_0002.pdf).

Brasil Mulher. Edição 13, 1978. Disponível em:

[https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J\\_BMulher\\_1978\\_0013.pdf](https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_BMulher_1978_0013.pdf).

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada**. São Paulo: Paulus, 2005.

OLIVEIRA, Alef; EVANGELISTA, Raquel. O Papel Exercido Pela Mídia na Ditadura Militar Brasileira no ano de 1968. **Intercom**, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0898-1.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**: Introdução à análise do discurso. São Paulo: Hacker editores, 1999.

Memórias da Ditadura: as mulheres na resistência e na luta por direitos. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=5297:memorias-da-ditadura-as-mulheres-na-resistencia-e-na-luta-por-direitos&catid=593#:~:text=No%20per%C3%ADodo%20da%20Ditadura%20n%C3%A3o,movimento%20estudantil%2C%20partidos%2C%20sindicatos>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório, Volume 2 - texto 9, dezembro de 2024.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Faesa – Vitória – ES  
De 11 a 16/08/2025 (etapa remota) e 01 a 05/09/2025 (etapa presencial)

---

Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/movimento-estudantil/documentos/volume-2-texto9.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2025.